

ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DAS PESQUISAS EM CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL NO CONGRESSO ANPCONT DE 2011 A 2019

BIBLIOMETRIC ANALYSIS OF RESEARCHES IN GOVERNMENT ACCOUNTING AT THE ANPCONT CONGRESS FROM 2011 TO 2019

Alexandre de Freitas Carneiro¹

Nayla Raniela Braz de Araujo²

Jaqueline Taciane Vieira³

RESUMO

O objetivo deste estudo é identificar as características ou tipos metodológicos e o perfil de pesquisas em Contabilidade Governamental apresentadas no Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (Anpcont). O preparo metodológico foi feito pelo estudo bibliométrico, e a abordagem foi quantitativa, de natureza descritiva, com a finalidade de obter índices numéricos para 12 variáveis. As subáreas temáticas mais utilizadas foram a gestão pública, a transparência e o orçamento público. O procedimento técnico dominante foi a análise documental. Há predominância de artigos escritos por dois autores, majoritariamente do gênero masculino. No entanto, é uma pesquisadora – Diana Vaz de Lima – quem tem o maior número de publicações. O Espírito Santo é o estado com a maior quantidade de estudos. A região Sudeste é a que tem a maior participação, e a região Norte, a menor. A Fucape Business School é a instituição que se destaca em número de publicações, seguida pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Contatou-se que não houve estudos sobre o teste de imparidade (*impairment*). Temas poucos explorados são normas internacionais, depreciação e custos, o que aponta para a necessidade de mais pesquisas relacionadas a esses temas.

Palavras-chave: Anpcont; Bibliometria; Contabilidade Governamental.

ABSTRACT

The objective of this study is to identify the methodological characteristics or methodological types and the profile of researches on Government Accounting presented at the Congress of the *Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis* (Anpcont, Brazilian National Association of Graduate Programs in Accounting Sciences). The

¹ Doutor em Administração. DECC – Departamento Acadêmico de Ciências Contábeis da UNIR – Universidade Federal de Rondônia. Vilhena, Rondônia. E-mail: alexandrevha95@gmail.com

² Bacharel em Ciências Contábeis. DECC – Departamento Acadêmico de Ciências Contábeis da UNIR – Universidade Federal de Rondônia. Vilhena, Rondônia. E-mail: naylabraz25@gmail.com

³ Bacharel em Ciências Contábeis. DECC – Departamento Acadêmico de Ciências Contábeis da UNIR – Universidade Federal de Rondônia. Vilhena, Rondônia. E-mail: jtaciane94@gmail.com

methodological preparation was carried out through a bibliometric study, and the approach was quantitative, of a descriptive nature, aiming at obtaining numerical indexes for 12 variables. The most used thematic sub-areas were public management, transparency and the public budget. The dominant technical procedure was the Documental Analysis. There is a predominance of articles written by two authors, who are mostly male. However, it is a female researcher – Diana Vaz de Lima – who has the highest number of works. Espírito Santo is the state with the highest number of studies. The Southeast region of Brazil has the highest number of works, and the North region, the smallest. The Fucape Business School is the institution that stands out in number of publications, followed by the Federal University of Paraíba (UFPB) and by the Federal University of Pernambuco (UFPE). There were no studies on impairment. Topics poorly explored were international standards, depreciation and costs, which points to the need for more researches on such themes.

Keywords: Anpcont; Bibliometry; Government Accounting.

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade Governamental, também chamada de “Contabilidade Pública”, é um ramo da Ciência Contábil que estuda as alterações ocorridas no patrimônio da União, dos estados e dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações. Trata-se de uma área especializada da Contabilidade, que se baseia em normas próprias e que visa ao registro, ao controle e à avaliação do patrimônio público (ARAÚJO; ARRUDA, 2009). Tal área não deve se limitar apenas à prestação de contas dos cofres públicos, pois, além disso, tem o papel de fornecer informações transparentes e relevantes para os usuários, por meio de dispositivos legais e constitucionais, auxiliando na tomada de decisão por parte dos representantes e permitindo que todos os cidadãos possam compreender as ações governamentais. Desse modo, pode contribuir para o desenvolvimento da sociedade (SANTOS; REIS, 2006).

Com toda a evolução que vem ocorrendo no setor público no Brasil e com a responsabilidade social que envolve a Contabilidade Pública, é necessário que seja dada a devida importância aos estudos na área em questão. A relevância desta pesquisa reside precisamente no seu propósito de identificar e sistematizar quais os métodos, as técnicas e os perfis utilizados em estudos sobre Contabilidade Pública publicados no Brasil nos últimos anos. Para isso, foram considerados trabalhos científicos submetidos ao Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (Anpcont). A escolha desse evento deveu-se à sua importância para a Contabilidade em geral. Sendo assim, este trabalho tem o propósito de responder à seguinte problemática: quais as características ou tipos metodológicos e quais os perfis de pesquisas em Contabilidade Governamental publicadas no Congresso Anpcont, considerando os 13 anos do evento?

Tal questionamento será respondido por meio da aplicação do método bibliométrico, para atender ao objetivo principal – identificar as características ou tipos metodológicos e o perfil de pesquisas em Contabilidade Governamental encontradas no Congresso Anpcont, nos 13 anos do evento. Especificamente, este estudo visa estabelecer as variáveis fundamentais para uma análise bibliométrica e identificar os conteúdos patentes e latentes nas pesquisas do evento, considerando o tema proposto. Inicialmente, verificou-se a inexistência de alguns dados no *website* da instituição organizadora do referido congresso. De fato, para os anos de 2006 a 2010, os anais não foram disponibilizados, o que limitou a pesquisa ao período de 2011 a 2019.

Este artigo está dividido em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda seção, além de estudos anteriores, apresenta o referencial teórico sobre a Contabilidade do setor público, sobre o Congresso Anpcont e sobre a pesquisa bibliométrica. A terceira seção descreve o método utilizado para a realização da pesquisa. Em seguida, na quarta seção, encontram-se os resultados e a discussão. Por último, a quinta seção apresenta a conclusão, as limitações do trabalho e sugestões para pesquisas futuras.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE PÚBLICA GOVERNAMENTAL

No Brasil, a Contabilidade Pública vem evoluindo desde 1964, com a edição da Lei n.º 4.320/1964, que representou um marco importante para a época, pois trouxe alguns regramentos contábeis relacionados à execução orçamentária. A partir de então, essa área da Contabilidade passou por diversas mudanças ao longo dos anos, as quais culminaram com a implantação de novas normas contábeis sobre o ponto de vista patrimonial. Entre tais mudanças, podem-se destacar a criação da Secretaria do Tesouro Nacional em 1986 e, no ano seguinte, em 1987, a implantação do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siaf) do Governo Federal, que passou a realizar a Contabilidade das unidades gestoras do executivo (GOMES, 2016).

Em 1997, houve um marco importante do ponto de vista internacional: a criação, na Federação Internacional de Contabilidade (Ifac), do comitê do setor público da Internet. A partir de então, começou-se a discutir uma forma de normatizar a Contabilidade em nível internacional, para que houvesse uma harmonização de entendimento entre os diversos países, facilitando, assim, um melhor controle contábil e uma avaliação pública mais precisa (PRIETO; MARTINS, 2015). Mais tarde, no ano 2000, foi promulgada a Lei Complementar n.º 101/2000. Trata-se da Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece, em seu art. 51, a consolidação das contas públicas dos entes da federação. Essa consolidação atualmente cabe à Secretaria do Tesouro Nacional, que, por conta disso, edita alguns normativos e demonstrativos fiscais relacionados à Contabilidade Pública, cada vez mais alinhados às normas internacionais.

Em 2008, começaram a ser editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Nesse mesmo ano, foi publicada a Portaria n.º 184 do Ministro da Fazenda, na qual se estabeleceu que a Secretaria do Tesouro Nacional, ao editar o “Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público” (MCASP), deveria observar os padrões internacionais editados pela Ifac. Nesse contexto, para auxiliar e orientar a União, os estados e os municípios, foram criadas as NBCASP, que, juntamente com o MCASP, passaram a nortear os procedimentos contábeis a serem praticados no país (POHLMANN *et al.*, 2018, p. 1). Com esse mesmo intuito de facilitar o trabalho dos profissionais contábeis, o CFC editou um conjunto de normas técnicas denominadas “NBC T 16 – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público”, apresentadas no quadro 1 a seguir. Tais normas vigoram apenas até 2016, com a exceção da NBC T 16.11, que continua em vigor.

Quadro 1 – Estrutura e alterações das NBC T 16.

Norma	Resolução	CONTEÚDO	INOVAÇÕES (CASTRO, 2015)
NBC T 16.1	1.128/08	Conceituação, Objetivo e Campo de Aplicação	Definição do campo de atuação. Conceito de unidade contábil.
NBC T 16.2	1.129/08	Patrimônio e Sistemas Contábeis	Conceito de Ativo e Passivo, a exemplo das alterações ocorridas na contabilidade comercial. O sistema contábil estruturado em subsistemas de informações. O sistema financeiro foi eliminado e o sistema patrimonial absorveu os fatos financeiros e não financeiros. O subsistema de custos volta ser lembrado.
NBC T 16.3	1.130/08	Planejamento e seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil	Mudança na cultura contábil que passa alinhar o passado com o presente e o futuro. Planejamento hierarquicamente interligado passa a ser objeto de registros contábeis nas contas de controle.
NBC T 16.4	1.131/08	Transações no Setor Público	Pouca inovação mas com destaque às transações que envolvem valores de terceiros.
NBC T 16.5	1.132/08	Registro Contábil	Tabela de codificação de registros à exemplo do SIAFI.
NBC T 16.6	1.133/08	Demonstrações Contábeis	Balanco Patrimonial na forma utilizada no setor privado. Algumas alterações nas demonstrações contábeis, e inclui a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a das Mutações do Patrimônio Líquido.
NBC T 16.7	1.134/08	Consolidação das Demonstrações Contábeis	Definições de conceitos e forma de se tratar a consolidação já prevista na LRF.
NBC T 16.8	1.135/08	Controle Interno	Confirma que os controles internos são importantes para garantir razoável grau de eficiência e eficácia do sistema de informação
NBC T 16.9	1.136/08	Depreciação, Amortização e Exaustão	Apliação da norma. Substituição da tabela fixa de depreciação elaborada pelos órgãos fiscalizadores por índices de cada entidade admitidos em norma ou laudo técnico específico.
NBC T 16.10	1.137/08	Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público	Mudança do foco da Contabilidade Pública, de orçamentário para patrimonial. Temas importante inseridos como: redução ao valor recuperado e valor justo.
Alterações	1.268/09	Altera, Inclui e Exclui itens da NBC T 16.1, 16.2 e 16.6	
NBC T 16.11	1.366/11	Sistema de Informações de Custos do Setor Público	O cita a importância da implantação do Sistema de Custos, dos problemas e das dificuldades da implantação e dá sugestões.
Alterações	1.437/13	Altera, Inclui e Exclui itens da NBC T 16.1, 16.2, 16.4, 16.5, 16.6, 16.10 e 16.11	

Fonte: Adaptado de Bezerra Filho (2014, p. 10).

De acordo com Lima, Santana e Guedes (2009), as NBCASP tiveram o objetivo de contribuir para o desenvolvimento das atividades administrativas na área contábil, uniformizando as práticas e os procedimentos adotados no Brasil. Um estudo realizado por Capiberibe e Martins (2012) mostrou que a utilização dessas normas pode melhorar a gestão dos bens públicos, uma vez que dá maior transparência aos serviços prestados pelo Governo. Conforme afirma Castro (2013), as NBCASP serão codificadas como as NBC TSP 16, à medida em que forem submetidas ao processo de convergência em relação às Ipsas. Em 2009, o CFC alterou, incluiu e excluiu itens das NBC T 16.1, 16.2 e 16.6, por meio da Resolução CFC n.º 1.268/2009. Outras alterações foram introduzidas em 2013, com a Resolução CFC n.º 1.437. Entre essas mudanças, está a implantação de sistemas de custos públicos.

Nesse contexto e visando cada vez mais à melhoria dos processos do Sistema de Gestão Pública, em 25 de novembro de 2011, o CFC aprovou a NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP). Essa norma introduz, no âmbito público, o que já era uma prática comum das instituições privadas – a diferença é que o objetivo não seria maximizar lucro, mas, sim, evitar desperdícios de recursos. O SICSP permite que sejam registrados, processados e evidenciados os custos de bens e serviços das entidades públicas. Isso facilita o processo de tomada de decisão por parte dos gestores e, com a utilização de recursos de forma correta, é possível destinar verbas disponíveis para os investimentos necessários, de acordo com as demandas da população.

Segundo Mauss, Diehl e Bleiel (2012), a utilização da Contabilidade de Custos na gestão do serviço público tem crescido em nível mundial. Isso mostra que cada vez mais se reconhece

que essa área é a base para a apuração da eficiência, evidenciada por meio da demonstração do resultado econômico das atividades. Por outro lado, há também uma crescente necessidade de estudos aplicados aos custos do Estado (IFAC, 2000). A NBC T 16.2 estabelece os conceitos de “sistemas” e “subsistemas de informações contábeis”, o que, até então, era desconhecido pelas entidades públicas. Além disso, a referida norma define “patrimônio público” e classifica os elementos patrimoniais sob a perspectiva do aspecto contábil. Segundo a NBC T 16.2, o “sistema contábil representa a estrutura de informações sobre identificação, mensuração, avaliação, registro, controle e evidenciação dos atos e dos fatos da gestão do patrimônio público”, tendo como objetivo de “orientar e suprir o processo de decisão, a prestação de contas e a instrumentalização do controle social” (CFC, 2008b, on-line).

A referida norma divide ainda o Sistema Contábil Público em cinco subsistemas de informações contábeis: Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e de Compensação e Custos. As funções de cada um desses subsistemas são citadas a seguir.

- Orçamentário – registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária;
- Financeiro – registra, processa e evidencia os fatos relacionados aos ingressos e aos desembolsos financeiros, bem como as disponibilidades no início e final do período;
- Patrimonial – registra, processa e evidencia os fatos financeiros e não financeiros relacionados com as variações qualitativas e quantitativas do patrimônio público;
- Custos – registra, processa e evidencia os custos dos bens e serviços, produzidos e ofertados à sociedade pela entidade pública;
- Compensação – registra, processa e evidencia os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle. (CFC, 2008b, on-line).

Em 2009, houve a edição da Lei Complementar n.º 131/2009, a chamada “Lei da Transparência”, que alterou a responsabilidade fiscal e estabeleceu alguns requisitos que os entes da federação precisariam observar para assegurar que a transparência das contas públicas acontecesse em tempo real (PRIETO; MARTINS, 2015). Anos depois, em 2014, aconteceu a implantação do Sistema Integrado de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconf). Na altura, a Secretaria do Tesouro Nacional precisava realizar a prestação de contas públicas. Assim, esse sistema passou a coletar as informações com a maior abrangência possível, para que a consolidação ficasse cada vez mais consistente do ponto de vista técnico. O Siconf desempenha um papel importante na implantação das normas no futuro, pois atua como um mecanismo de validação e de aprimoramento da qualidade da informação que é coletada dos entes da federação (GOMES, 2016).

No ano de 2015, o Balanço Geral da União foi elaborado com base em alguns novos padrões contábeis. Por exemplo, o documento discriminou os créditos tributários a receber. Houve uma baixa desses créditos, por se entender que alguns deles não se caracterizavam como ativos. Isso representou um grande impacto no Balanço Geral da União. O valor chegou a 1,1 trilhão nos ativos da União (SANTOS; CASTRO, 2015).

Atualmente, o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, aprovado pela Portaria n.º 548/2015 do Tesouro Nacional, estabelece uma linha do tempo a ser seguida até 2024 – ou seja, determinados procedimentos, como o registro de depreciação e de crédito tributário por competência, entre outros procedimentos contábeis patrimoniais mais complexos, serão implantados de maneira escalonada. A União deverá adotar tais práticas em um primeiro momento, seguida pelos estados e depois pelos municípios brasileiros (GOMES, 2016).

Conforme já adiantado, com o intuito de facilitar o trabalho dos profissionais contábeis e de aproximar cada vez mais a Contabilidade Pública dos padrões internacionais, o CFC editou

um conjunto de normas técnicas denominado de “NBC T 16 – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público”. Tais normas permaneceram em vigor até 2016, com a exceção da NBC T 16.11, que continua em vigor. O quadro 2 mostra a atual estrutura das NBC TSP.

Quadro 2 – Atual estrutura das NBC TSP.

Anos	Normas	Descrição
2016	NBC TSP	Estrutura Conceitual Entidades do Setor Público
2016	NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
2016	NBC TSP 02	Receita de Transação com contraprestação
2016	NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
2016	NBC TSP 04	Estoques
2016	NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos – Concedente
2017	NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
2017	NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
2017	NBC TSP 08	Ativo Intangível
2017	NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
2017	NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
2018	NBC TSP 11	Apresentação das Demonstrações Contábeis
2018	NBC TSP 12	Demonstrações dos Fluxos de Caixa
2018	NBC TSP 13	Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis
2018	NBC TSP 14	Custos de Empréstimos
2018	NBC TSP 15	Benefícios a Empregados
2018	NBC TSP 16	Demonstrações Contábeis Separadas
2018	NBC TSP 17	Demonstrações Contábeis Consolidadas
2018	NBC TSP 18	Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto
2018	NBC TSP 19	Acordos em Conjunto
2018	NBC TSP 20	Divulgação de Participações em Outras Entidades
2018	NBC TSP 21	Combinações no Setor Público
2019	NBC TSP 22	Divulgação sobre Partes Relacionadas
2019	NBC TSP 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
2019	NBC TSP 24	Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis
2019	NBC TSP 25	Evento Subsequente
2019	NBC TSP 26	Ativo Biológico e Produto Agrícola

Fonte: Elaborado pelo autor com base em CFC (2021).

Segundo Bezerra Filho (2014), o desafio para tais normas agora passa a ser um conjunto de ações orientadas a um desenvolvimento conceitual, visando: a) à convergência aos padrões internacionais da Contabilidade aplicados ao setor público (Ipsas); b) à implementação de procedimentos e práticas contábeis que permitam o reconhecimento, a mensuração, a avaliação e a evidenciação dos elementos que integram o patrimônio público; c) à implantação de um sistema de custos no âmbito do setor público brasileiro; d) à melhoria das informações que integram as demonstrações contábeis e os relatórios necessários à consolidação das contas nacionais; e e) à avaliação do impacto das políticas públicas e da gestão, nas dimensões social, econômica e fiscal, de acordo com os aspectos relacionados à avaliação patrimonial.

2.2 CONGRESSO ANPCONT

A ideia da criação da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, a Anpcont, surgiu em julho de 2005, durante a realização do V Congresso da Universidade de São Paulo (USP) de Controladoria e Contabilidade. Em novembro desse mesmo ano, durante a realização do XII Congresso Brasileiro de Custos e do IX Congresso

Internacional de Custos, em Itapema, Santa Catarina, os coordenadores se reuniram para discutir a primeira versão do estatuto da associação. A sua instituição formal se deu em 30 de janeiro de 2006, nas dependências da Fucape Business School, em Vitória, no Espírito Santo. Na ocasião, foram eleitos os seguintes diretores: como Diretor Presidente, o Prof. Dr. Fabio Frezatti; como Diretor Científico, a Prof.^a Dra. Ilse Maria Beuren; e como Diretor Administrativo-Financeiro, o Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama.

O Congresso Anpcont é um evento de importante significado acadêmico-científico para a Contabilidade brasileira. A iniciativa é anual e proporciona a interação entre comunidade acadêmica, pesquisadores, professores e estudantes, constituindo um espaço de divulgação da produção técnico-científica na área das Ciências Contábeis. As discussões travadas no congresso são relativas aos seguintes tópicos: Auditoria e Tributos (AT); Contabilidade Financeira (CF); Contabilidade e Setor Público (CSP); Controladoria e Contabilidade Gerencial (CCG); Educação e Pesquisa em Contabilidade (EPC) e Tópicos Especiais em Contabilidade (TEC). A área de CSP tem o seguinte conteúdo:

Envolve o desenvolvimento de estudos e pesquisas relacionados ao setor público e ao terceiro setor como: Contabilidade governamental na gestão de recursos públicos, controladoria na Gestão Pública, finanças públicas e Lei de Responsabilidade Fiscal, desempenho do setor público, *disclosure* de informações à sociedade, Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, sistemas de administração financeira e orçamentária, auditoria pública, Contabilidade e prestação de contas de entidades do terceiro setor, finanças sociais, *accountability*, governança e desempenho no terceiro setor. (ANPCONT, 2020, on-line).

2.3 ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

A partir de um conjunto de produções que pode incluir teses e dissertações e, mais comumente, artigos publicados em periódicos acadêmicos, a bibliometria faz uma análise das estatísticas desses trabalhos e, para isso, adota critérios bastante variados. Trata-se de uma técnica adotada em várias línguas e sociedades e que pode ser aplicada a qualquer área de conhecimento (MATOS *et al.*, 2012). Segundo Peixe (*et al.*, 2018),

Por meio da análise de bases de dados, a bibliometria proporciona deduzir quais são as tendências de pesquisas e publicações científicas, os temas que são mais estudados, autores e instituições que abordam o assunto, dessa forma a análise bibliométrica é uma técnica para o mapeamento dos principais autores, periódicos e palavras-chave sobre determinado tema. (PEIXE *et al.*, 2018, p. 82).

Conforme afirmam os autores, o objetivo é extrair algumas conclusões de um portfólio de publicações coletado ao longo de um processo de revisão bibliográfica. Por exemplo, podem ser analisados os métodos de pesquisa adotados e, com isso, são identificadas as abordagens mais e menos comuns no conjunto de trabalhos considerados. Com base nessa identificação do método de pesquisa menos comum, surge uma referência para futuros trabalhos. Utilizar uma determinada abordagem que não é frequente constitui uma oportunidade de pesquisa, no sentido de que preenche uma possível lacuna em uma determinada área (MATOS *et al.*, 2012).

Chuecke e Amatucci (2005) afirmam que os “estudos bibliométricos podem colaborar na tarefa de sistematizar as pesquisas realizadas num determinado campo de saber e endereçar problemas a serem investigados em pesquisa futuras”. Esses autores explicam ainda que essa técnica serve como uma espécie de mapa para direcionar as origens dos conceitos existentes e

identificar as principais teorias usadas para explorar um assunto e as ferramentas metodológicas aplicadas em pesquisas anteriores. Com isso, traça-se um percurso do crescimento do conhecimento em uma área (VANTI, 2002).

Por isso, “os trabalhos que “buscam sistematizar a produção científica, quando bem elaborados, contribuem para o incremento da relevância e rigor de novas pesquisas. Além disso, podem servir como base para estudos comparados, cada vez mais demandados num mundo considerado global” (CHUECKE; AMATUCCI, 2005, p. 2). Em suma, por meio da pesquisa, da análise, da adequação e da sistematização de uma dada produção científica, podem-se obter os resultados bibliométricos que foram construídos a partir de estudos anteriores publicados em periódicos, dando ênfase aos temas e à área de conhecimento com maior relevância e apontando as lacuna para estudos futuros.

2.4 ESTUDOS ANTERIORES

Existem várias pesquisas que tratam da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, mas são poucas as que adotam o método bibliométrico. Considerando tais pesquisas, foram escolhidos dois artigos, com características bastante semelhantes, para serem aqui apresentados. Os seus autores, temas, objetivos e principais conclusões são apresentados a seguir no quadro 3.

Quadro 3 – Pesquisas bibliométricas em Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Autor(es)	Títulos	Objetivos	Principais conclusões
Santos (2015)	“Contabilidade/Gestão Pública: análise bibliométrica dos artigos publicados nos congressos USP e Anpcont de 2001 a 2014”	Identificar o perfil das produções científicas apresentadas nos congressos USP e Anpcont, relacionadas à Contabilidade/Gestão Pública, no período de 2001 a 2014.	Concluiu-se que o Congresso USP apresentou uma maior quantidade de artigos, totalizando 135, enquanto a Anpcont ficou-se pelos 63 trabalhos. Dentre as áreas temáticas dos Congressos USP e Anpcont, duas se destacaram: Controladoria e Contabilidade Gerencial e Contabilidade Aplicada para Usuários Externos. Já quanto à distribuição de artigos por quantidade de autores, apresentaram maior frequência os artigos escritos a quatro mãos. Além disso, o sexo masculino teve maior participação nos eventos, e os docentes tiveram predomínio na autoria dos artigos publicados. O nível de formação predominante dos autores foi a pós-graduação <i>stricto sensu</i> . A USP foi a instituição com o maior número de autores.
Maciel, Nunes e Del Vecchio (2018)	“Perfil das pesquisas em Contabilidade de Custos aplicadas ao setor público publicadas nos anais do Congresso Brasileiro de Custos no período de 2013 a 2017”	Traçar um perfil bibliométrico das pesquisas sobre custos aplicados ao setor público, publicadas nos anais do Congresso Brasileiro de Custos, no período de 2013 a 2017.	Concluiu-se que, no período analisado, o ano com maior número de publicações foi o de 2015, com 32 artigos publicados. Nos anos de 2014 e 2015, houve um aumento nas publicações; em 2016 e 2017, houve uma diminuição no número de publicações. O setor de Administração Pública, de forma geral, apresentou a maior frequência (39,07%). Em relação às publicações por região, a de nível nacional foi a que mais teve ocorrências, com 33,6%. Quanto aos procedimentos técnicos, a análise documental foi o procedimento mais utilizado nas pesquisas, com 94 ocorrências (73,43%); a abordagem quantitativa foi a mais utilizada, tendo sido adotada por 64,84% dos trabalhos. O objetivo da pesquisa foi classificado como descritivo em 62,5% das vezes. A palavra-chave mais utilizada foi “custos”. A quantidade máxima de publicações por autor foi de cinco

			artigos. Duas universidades foram as mais representadas, com 13 artigos cada – a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade de Brasília (UnB).
--	--	--	--

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Nesses dois trabalhos apresentados no quadro 3, observam-se objetivos semelhantes. As conclusões mostraram dados importantes relacionados às metodologias, aos objetivos e ao perfil dos autores de trabalhos publicados nos eventos acadêmicos considerados.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem a seguinte configuração, com base na estrutura delineada por Gil (2019): (1) quanto à natureza, é uma pesquisa aplicada; (2) quanto aos objetivos, é descritiva; e, (3) quanto aos procedimentos, é documental. A natureza da pesquisa enquadra-se como descritiva, de cunho documental, por analisar os artigos publicados e expor características de determinada população ou fenômeno (VERGARA, 2016) – pretende-se aqui descrever os principais aspectos das publicações científicas consideradas. Quanto aos procedimentos, esta pesquisa adota o método bibliométrico. Quanto à abordagem, utilizando as classificações de Richardson (2017), este estudo pode ser caracterizado como qualitativo e quantitativo. A abordagem qualitativa foi adotada para subsidiar a coleta de dados necessários à interpretação do perfil de pesquisas sobre o tema considerado. Já a abordagem quantitativa justifica-se devido à realização da bibliometria.

Em relação aos procedimentos, em primeiro lugar, fez-se uma busca por artigos científicos relacionados à área de Contabilidade Governamental nos anais do Congresso Anpcont, no período de 2006 a 2019, visando identificar os métodos e as técnicas de pesquisa e traçar um perfil desses trabalhos. Inicialmente, foi feita uma triagem nas publicações, por meio da leitura crítica dos resumos, das palavras-chave e das introduções. Dessa forma, a população da pesquisa foi integrada por todos os artigos da área temática da Contabilidade do Setor Público (CSP), incluídos nos anais do evento disponibilizados no *website* da Anpcont. A área temática em questão engloba tanto a Contabilidade Governamental Estatal quanto a do Terceiro Setor. Optou-se por considerar apenas a Contabilidade Governamental Estatal e, com isso, a amostra chegou a um total de 145 artigos. As demais etapas da pesquisa estão resumidas no quadro 4.

Quadro 4 – Caracterização e etapas da pesquisa.

Etapas	Descrição
1. Objeto de pesquisa	Métodos, técnicas e perfil de pesquisas sobre Contabilidade Governamental encontradas nos anais dos 13 anos do Congresso Anpcont.
2. Base de dados	Anais do Anpcont; área temática de CSP.
3. Critérios de pesquisa primeira etapa	Identificação dos artigos referentes somente ao tema de Contabilidade Governamental no contexto da área temática da CSP.
4. Critérios de pesquisa: segunda etapa	Processo de seleção das publicações utilizando as palavras “Contabilidade governamental”, “Contabilidade do setor público” e “Contabilidade Pública”.
5. Aplicação da pesquisa e possíveis exclusões	Triagem pela leitura do resumo, das palavras-chave e da introdução de cada artigo. Esta etapa foi realizada com o objetivo de selecionar os artigos que tivessem como objeto de estudo a área de Contabilidade Governamental.
6. Variáveis de análise	1 – Quantidade de artigos por ano; 2 – quantidade de artigos por subárea temática; 3 – quantidade de artigos por região geográfica; 4 – quantidade de artigos por estado; 5 – quantidade de artigos por procedimento técnico; 6 – quantidade de artigos por abordagem utilizada; 7 – quantidade de artigos considerando o objetivo das pesquisas;

	8 – quantidade de ocorrências das palavras-chave; 9 – quantidade de ocorrências de autores por gênero; 10 – quantidade de autores por artigo; 11 – quantidade de artigos por autores; 12 – quantidade de artigos por instituição (MACIEL; NUNES; DEL VECCHIO, 2018).
7. Análise dos artigos	Interpretação dita subjetiva (VERGARA, 2016). Revisão da literatura, com amostras para análise, crítica e síntese de um corpo representativo da literatura (CHUEKE; AMATUCCI, 2015).

Fonte: Elaboração própria (2020).

As variáveis adotadas foram analisadas por meio de estatística descritiva e de verificação e sistematização de elementos patentes nas publicações científicas. Consideraram-se, ainda, os elementos por ventura latentes – ou seja, procurou-se identificar lacunas para pesquisas futuras. Os resultados das análises foram separados por variáveis e apresentados em forma de gráficos e tabelas. A população da pesquisa é caracterizada, inicialmente, pelo censo, pelo fato de o objetivo ser o de identificar e analisar todos os artigos dos 13 anos de existência do evento considerado. Contudo, dada a indisponibilidade dos anais do Anpcont entre os anos de 2006 e 2010, os 145 artigos que constituem a amostra se referem aos anos de 2011 a 2019. O período de coleta, análise, interpretação e sistematização dos dados deu-se entre os dias 30 de março e 30 de novembro de 2020.

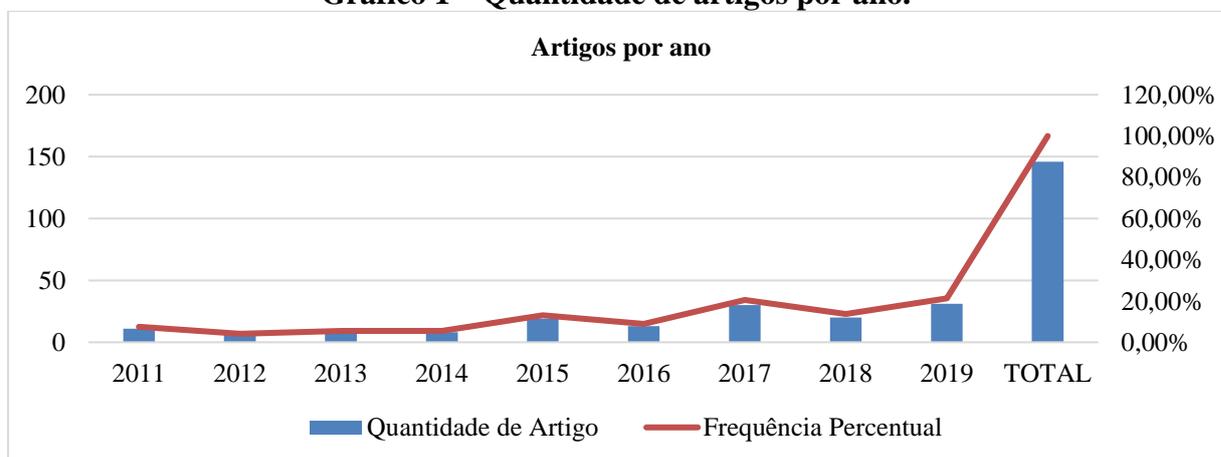
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, são apresentados os resultados e as análises dos artigos relacionados à Contabilidade Governamental, publicados nos anais do Congresso Anpcont entre os anos de 2011 e 2019. Em primeiro lugar, são apresentados os dados de cada uma das variáveis e, depois disso, as discussões.

4.1 QUANTIDADE DE ARTIGOS POR ANO

A análise dos resultados iniciou-se com o agrupamento dos artigos por ano de publicação. Essa variável permite uma melhor percepção em relação ao aumento ou à diminuição das publicações no decorrer dos anos pesquisados. Os dados são apresentados no gráfico 1.

Gráfico 1 – Quantidade de artigos por ano.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Como se pode perceber, o ano com maior número de publicações foi o de 2019, com 31 artigos, o que corresponde a 21,38% do total. Já o ano com menor número de publicações foi o de 2012, com apenas seis artigos, ou seja, 4,14% das publicações. A média de publicações foi de 16,11 artigos por ano.

4.2 QUANTIDADE DE ARTIGOS POR SUBÁREA TEMÁTICA

A segunda variável analisada foi a das subáreas temáticas. Nela, foram classificados os temas de acordo com as seguintes áreas ou setores: gestão pública, transparência, orçamento público, tributação, depreciação, custos, Lei de Responsabilidade Fiscal, NBCASP, *International Public Sector Accounting Standards* (Ipsas), teste de imparidade (*impairment*) e outros assuntos relacionados à Contabilidade Pública. Os artigos que não se referiam ao setor público foram desconsiderados, por não estarem relacionados aos objetivos desta pesquisa. A tabela 1 apresenta os resultados.

Tabela 1 – Quantidade de artigos por subárea temática.

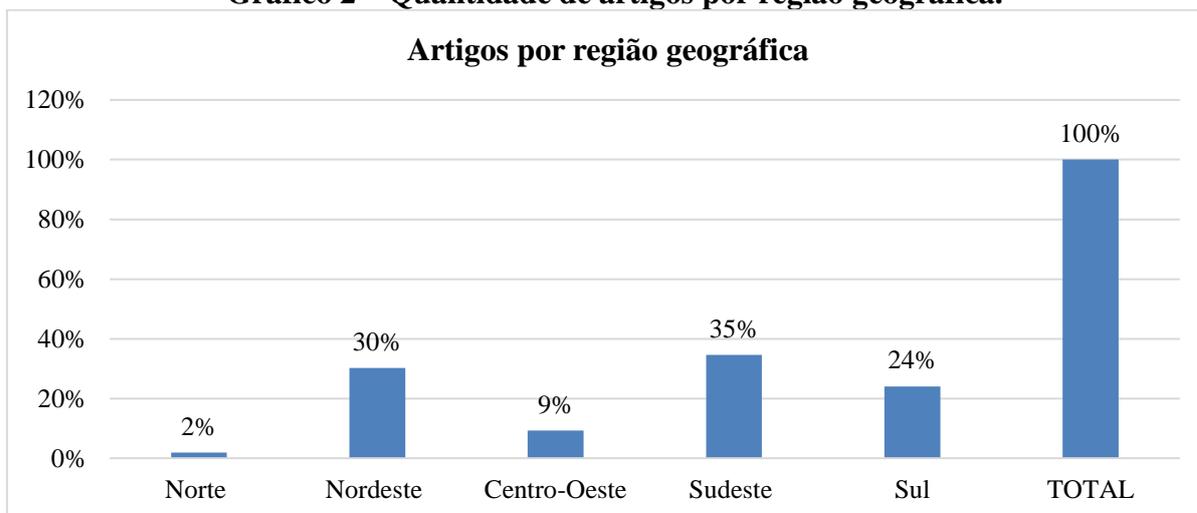
Subárea temática	Quantidade de artigos	Frequência percentual
1 – Gestão pública	37	25,52%
2 – Transparência	25	17,24%
3 – Orçamento público	18	12,41%
4 – Tributação	6	4,14%
5 – Depreciação	2	1,38%
6 – Custos	4	2,76%
7 – Lei de Responsabilidade Fiscal	9	6,21%
8 – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP)	4	2,75%
9 – <i>International Public Sector Accounting Standards</i> (Ipsas)	1	0,69%
10 – Teste de imparidade (<i>Impairment</i>)	0	0,00%
11 – Outros assuntos relacionados à Contabilidade Pública	39	26,90%
Total	145	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Conforme mostra a tabela 1, a subárea 11 – Outros assuntos relacionados à Contabilidade lidera o percentual das publicações. Essa subdivisão foi considerada para que fosse dada maior ênfase às demais subáreas mencionadas. Foram, então, classificadas nessa subárea 11 todas as publicações que não se enquadravam em nenhum dos outros temas. Em seguida, vem a subárea 1 – Gestão pública, com 25,52% das publicações. A única subárea na qual não foram encontrados trabalhos foi a 10 – Teste de imparidade (*Impairment*).

4.3 QUANTIDADE DE ARTIGOS POR REGIÃO GEOGRÁFICA

Para obter o resultado de publicações por região geográfica, foram analisados os 145 artigos separados de acordo com a origem declarada dos autores. Os dados são apresentados no gráfico 2.

Gráfico 2 – Quantidade de artigos por região geográfica.

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Ao todo, nesta variável, foram contabilizados 161 artigos, uma vez que um mesmo trabalho apresentava autores de regiões diferentes. Observa-se que as três regiões com maior número de publicações foram a Sudeste, Nordeste e Sul, com, respectivamente, 56, 48, e 39 artigos cada. Com menor quantidade de publicações, têm-se as regiões Norte e Centro-Oeste, com, respectivamente, três e 15 artigos publicados.

4.4 QUANTIDADE DE ARTIGOS POR ESTADO

A fim de se obter uma quantificação por estado da federação, os trabalhos foram separados de acordo com o estado que cada autor atribuiu à sua pesquisa. Nove estados não contabilizaram nenhuma publicação, e cinco estados tiveram de um a dois trabalhos. As publicações dividiram-se por 18 estados, conforme mostra a tabela 2.

Tabela 2 – Quantidade de artigos por estado.

Estados	Quantidade de artigos
Bahia	3
Ceará	4
Distrito Federal	16
Espírito Santo	32
Mato Grosso	2
Minas Gerais	5
Pará	1
Paraíba	20
Paraná	13
Pernambuco	13
Piauí	2
Rio de Janeiro	6
Rio Grande do Norte	13
Rio Grande do Sul	13
Roraima	1
Santa Catarina	18
São Paulo	16
Tocantins	1
Total	180

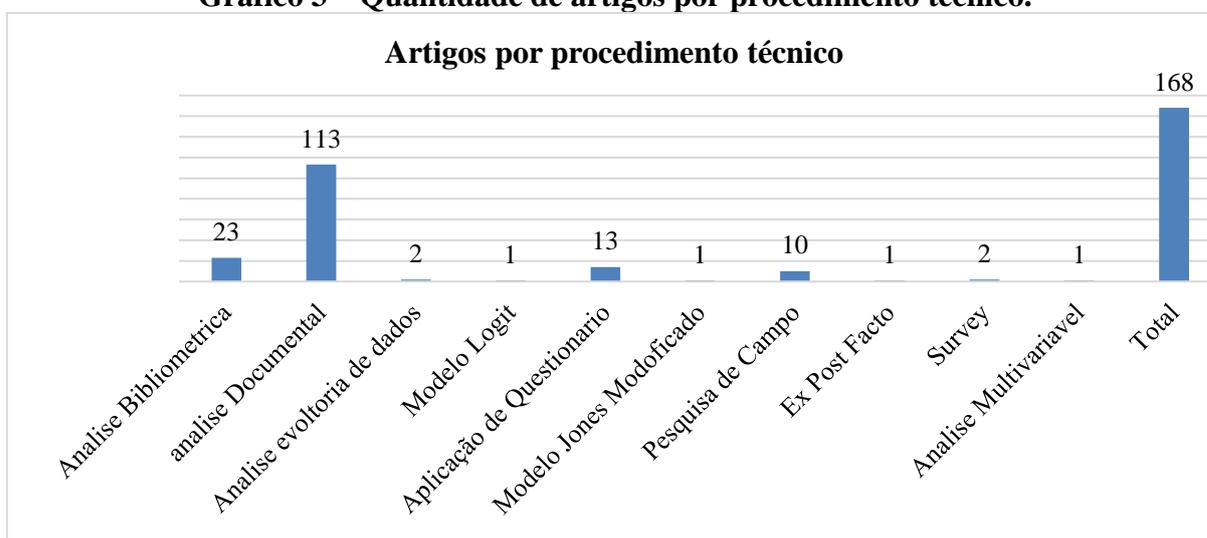
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Pode-se observar que os estados com maior número de publicações foram Espírito Santo, Paraíba e Santa Catarina, com, respectivamente, 32, 20 e 18 artigos. Já os estados que tiveram menos representatividade foram Pará, Roraima e Tocantins, com apenas um artigo cada. O total de 180 artigos se justifica pelo fato de mais de um estado estar representado em uma mesma publicação.

4.5 QUANTIDADE DE ARTIGOS POR PROCEDIMENTO TÉCNICO

Pelo procedimento bibliométrico desta pesquisa, pôde-se obter o resultado dos procedimentos técnicos dos artigos analisados. Alguns artigos utilizaram mais de uma técnica; por isso, nesta variável, trabalhou-se com um total de 167 trabalhos. O gráfico 3 apresenta os resultados.

Gráfico 3 – Quantidade de artigos por procedimento técnico.

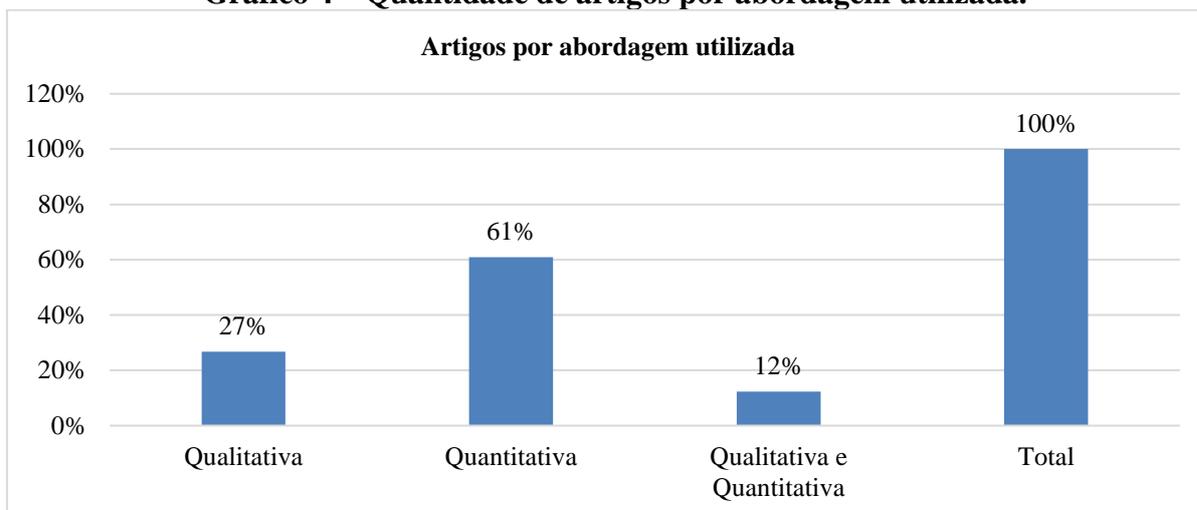


Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Pode-se observar que as técnicas mais utilizadas foram a análise documental, que apareceu 113 vezes; a análise bibliométrica, com 23 ocorrências; a aplicação de questionários, com 13 ocorrências; e a pesquisa de campo, que foi utilizada dez vezes. As demais técnicas apresentaram um ou duas ocorrências.

4.6 QUANTIDADE DE ARTIGOS POR ABORDAGEM UTILIZADA

Em relação à abordagem, foram observadas a qualitativa e a quantitativa. Os resultados estão no gráfico 4 a seguir.

Gráfico 4 – Quantidade de artigos por abordagem utilizada.

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A abordagem mais utilizada foi a quantitativa, presente em 61% dos trabalhos. A qualitativa representou 27% dos trabalhos. Em 12% dos artigos considerados, foi usada uma abordagem mista – ou seja, qualitativa e quantitativa, também conhecida como “qualiquanti”.

4.7 QUANTIDADE DE ARTIGOS CONFORME OS OBJETIVOS DA PESQUISA

Outra variável analisada refere-se aos objetivos das pesquisas. Foi considerada a classificação de pesquisas descritivas, explicativas e exploratórias. Nesta variável, também foi identificado mais de um tipo de objetivo para uma mesma pesquisa. Na tabela 3, apresentam-se os resultados.

Tabela 3 – Quantidade de artigos considerando o objetivo das pesquisas.

Objetivos da pesquisa	Quantidade	Frequência percentual
Descritivas	92	63,45%
Explicativas	13	8,96%
Exploratórias	28	19,31%
Descritivas e explicativas	5	3,45%
Descritivas e exploratórias	7	4,83%
Total	145	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Conforme mostra a tabela 3, 63,45% das pesquisas foram classificadas como descritivas. Em números bem menores, estão as pesquisas descritivas e explicativas, com 3,45%, e descritivas e exploratórias, com 4,83%. Sendo assim, 71,73% dos trabalhos da amostra são descritivos. Para os demais tipos, 8,96% são pesquisas explicativas, e 19,31% são classificadas como exploratórias.

4.8 QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS DAS PALAVRAS-CHAVE

Foi realizada uma análise das palavras-chave dos 145 artigos da amostra. Ao todo, foram consideradas 531 palavras-chave, o que perfaz uma média de, aproximadamente, 3,67 palavras

por artigo. Na tabela 4, estão destacadas as palavras-chave que apresentaram frequência igual ou maior do que cinco.

Tabela 4 – Ocorrência de palavras-chave (com frequência igual ou maior do que cinco).

Palavras-chave	Quantidade
Contabilidade Pública	12
Setor público	10
Eficiência	9
Municípios	9
Accountability	8
Finanças públicas	7
Lei de Responsabilidade Fiscal	7
Orçamento público	7
Transparência	7
Gastos públicos	6
Gestão fiscal	6
Tribunal de Contas	6
Contabilidade Aplicada ao Setor Público	5
Controle interno	5
Gestão pública	5

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O resultado dessa análise está de acordo com as expectativas, visto que a palavra-chave com maior frequência – Contabilidade Pública – está ligada ao objetivo desta pesquisa. Além disso, as demais palavras também estão ligadas ao tema em questão.

4.9 QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS DE AUTORES POR GÊNERO

A próxima variável analisada está relacionada ao gênero dos autores. O objetivo é identificar se existe uma predominância de gênero nesta linha de pesquisa. Os resultados estão na tabela 5.

Tabela 5 – Quantidade de ocorrências de autores por gênero.

Gênero	Quantidade	Frequência percentual
Masculino	180	58,25%
Feminino	129	41,75%
Total	309	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Como mostra a tabela, existe uma diferença significativa entre o percentual dos gêneros masculino e feminino – trata-se de uma diferença de mais de 15% para o gênero masculino nos anais analisados.

4.10 QUANTIDADE DE AUTORES POR ARTIGO

Considerando o número de autores, percebe-se uma variação de um a quatro autores por artigo. Os resultados detalhados estão na tabela 6.

Tabela 6 – Quantidade de autores por artigo.

Número de autores por artigo	Frequência	Frequência percentual
1 autor	12	8,27%

2 autores	55	37,93%
3 autores	38	26,21%
4 autores	40	27,59%
Total	145	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Pode-se identificar que a maioria dos artigos foi escrita por dois autores – 37,93% dos artigos. O menor percentual foi de artigos publicados com apenas um autor, representado por apenas 8,27% das pesquisas.

4.11 QUANTIDADE DE ARTIGO POR AUTORES

A variável a seguir diz respeito à quantidade de artigos por autores. Foi identificado um total de 309 autores na amostra. Sendo assim, consideraram-se apenas os autores que produziram um número de publicações igual ou maior do que quatro. Na tabela 7 são apresentados os nomes dos autores e a quantidade de artigos publicados.

Tabela 7 – Número de artigos por autores.

Autores	Quantidade de artigos
Diana Vaz de Lima	7
Josedilton Alves Diniz	5
Ronaldo José Rêgo de Araújo	5
Andrea de Oliveira Gonçalves	4
Arilda Magna Campagnaro Teixeira	4
Clea Beatriz Macagnan	4
Clovis Fiirst	4
Dimas Barrêto de Queiroz	4
Jeronymo José Libonati	4
Luiz Carlos Miranda	4
Severino Cesário de Lima	4

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Como mostra a tabela 7, apenas um autor teve sete publicações. Dois autores produziram cinco trabalhos, e os demais contabilizaram quatro publicações. Os autores que não foram mencionados, em sua maioria, só produziram uma publicação nos anais analisados.

4.12 QUANTIDADE DE ARTIGOS POR INSTITUIÇÃO

A última variável analisada está relacionada às instituições às quais os pesquisadores estão filiados. Foi, assim, possível verificar quais são as instituições mais representadas nos artigos examinados. Na amostra, obteve-se um total de 90 instituições. Sendo assim, foram consideradas apenas as sete mais representadas – ou seja, com maior número de publicações.

Tabela 8 – Número de artigos por instituição.

Instituições	Quantidade de artigos
Fucape Business School	33
UFPB (Universidade Federal da Paraíba)	20
UFPE (Universidade Federal de Pernambuco)	12
UnB (Universidade de Brasília)	13
UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina)	9
USP (Universidade de São Paulo)	11

Programa Multi-institucional da UnB/UFPB/UFPE/Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	9
--	---

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Observa-se que a instituição mais representada foi a Fucape Business School, com 33 publicações. Como muitos artigos tinham mais de quatro autores, é natural que muitas instituições tenham sido representadas. Assinala-se, inclusive, a presença de um Programa Multi-institucional (UnB, UFPB, UFPE e UFRN), com um número significativo de trabalhos nos anais.

Vale frisar que os dados apresentados tiverem por base uma amostra de 145 artigos relacionados ao tema da Contabilidade Pública, publicados no Congresso da Anpcont, no período de 2011 a 2019. Portanto, os dados apresentados não podem ser considerados para pesquisas fora dessa amostra.

4.13 DISCUSSÃO

As variáveis utilizadas para obter os resultados apresentados nesta pesquisa foram encontradas separadamente, em sua totalidade, em outros trabalhos na mesma linha de pesquisa. Pode-se, assim, desenvolver a breve comparação apresentada a seguir no quadro 5.

Quadro 5 – Análise comparativa entre as conclusões obtidas neste e em outros trabalhos.

Trabalhos Variáveis	Santos (2015)	Maciel, Nunes e Del Vecchio (2018)	Este trabalho (2020)	Análise comparativa
Quantidade de ocorrências de autores por gênero	A incidência de autores do sexo feminino foi de 36,9%.	A incidência de autores do sexo feminino foi de 45,96%.	A incidência de autores do sexo feminino de 41,75%.	Confirma
Quantidade de artigos por procedimento técnico	--	O tipo de análise mais utilizada foi a documental, com 94 publicações.	A análise mais utilizada foi a documental, com 113 publicações.	Confirma
Quantidade de artigos por instituição	A USP teve o maior número de autores com artigos publicados, estando representada em 14,6% dos trabalhos.	A UFPR e a UnB foram as instituições mais representadas, com 13 artigos cada.	A instituição com maior número de publicações foi a Fucape Business School, com 33 publicações.	Confirma

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

No trabalho de Santos (2015), intitulado “Contabilidade/Gestão Pública: análise bibliométrica dos artigos publicados nos congressos USP e Anpcont de 2001 a 2014”, 36,9% dos artigos analisados eram de autoria de mulheres. Na pesquisa “Perfil das pesquisas em Contabilidade de Custos aplicados ao Setor Público publicadas nos anais do Congresso Brasileiro de Custos no período de 2013 a 2017”, de Maciel, Nunes e Del Vecchio (2018), a incidência de autores do sexo feminino foi de 45,96%. Já no presente trabalho, esse número foi de 41,75%, ficando acima da pesquisa de Santos (2015), mas ligeiramente abaixo da de Maciel, Nunes e Del Vecchio (2018).

Em relação à quantidade de artigos por procedimento técnico, no trabalho de Maciel, Nunes e Del Vecchio (2018), o tipo mais utilizado foi a análise documental, presente em 94

artigos. Neste trabalho, esse tipo de procedimento foi contabilizado em 113 publicações, o que representa um aumento na preferência por esse método.

Na pesquisa de Santos (2015), a instituição com maior número de publicações foi a USP, representada em 78 artigos (14,6%). Na pesquisa de Maciel, Nunes e Del Vecchio (2018), a UFPR e a UnB foram as universidades mais representadas, com 13 artigos cada. Nesta pesquisa, a Fucape Business School contabilizou o maior número de publicações, atingindo a marca de 33 artigos.

Pode-se, assim, identificar uma semelhança entre os resultados dos trabalhos comparados. De fato, apesar de os períodos e as quantidades de artigos analisados serem diferentes para os três estudos, os resultados das variáveis comparadas apontaram para características parecidas.

Outro aspecto digno de nota é que, conforme é mencionado na literatura, há uma necessidade de estudos aplicados a custos no setor público (IFAC, 2000). Foram identificados poucos artigos relacionados a esse tópico nos 13 anos do Congresso Anpcont, o que constitui uma lacuna, pois, na aplicação prática, a utilização da Contabilidade de Custos na gestão do serviço público cresce em nível mundial, conforme ressaltam os pesquisadores Mauss, Diehl e Bleiel (2012). Trata-se de um reconhecimento de que ela é a base para a apuração da eficiência, evidenciada por meio da demonstração do resultado econômico das atividades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desta pesquisa foi o de identificar as características ou tipos metodológicos e o perfil dos trabalhos em Contabilidade Governamental apresentadas no Congresso Anpcont nos 13 anos de realização do evento, ou seja, de 2006 a 2019. No entanto, para os anos de 2006 a 2010, os anais não foram disponibilizados pela instituição organizadora, o que limitou a pesquisa a um período de nove anos – de 2011 a 2019. Para selecionar os trabalhos, consideraram-se apenas aqueles que faziam menção à Contabilidade Governamental no título, no resumo, na introdução ou nas palavras-chave.

Ao todo, foram analisados 145 artigos publicados on-line, os quais constituíram a amostra desta pesquisa. Os resultados evidenciaram a predominância da análise documental como procedimento técnico, com a abordagem quantitativa. O objetivo de pesquisa mais frequente foi do tipo descritivo. Verificou-se que os autores do sexo masculino são a maioria. Apesar disso, o autor com maior número de publicações é uma mulher, a pesquisadora Diana Vaz de Lima. A maioria dos artigos foi escrita por dois autores. A região Sudeste predomina, apresentando a maior participação nos estudos; já a região Norte é a menos representada. No ano de 2019, verificou-se a maior quantidade de artigos sobre o tema em questão nesta pesquisa. A Fucape Business School é a instituição que se destaca com o maior número de publicações, seguida pela UFPB e pela UFPE.

Em relação às subáreas, ficou evidente que a maioria dos estudos aborda assuntos relacionados à Gestão Pública. Em seguida, aparecem a transparência e o orçamento público. Isso pode ser explicado pelo fato de que esses foram assuntos muito discutidos de forma geral nos últimos anos. Em contrapartida, constatou-se que o teste de imparidade (*impairment*) não foi abordado por nenhum estudo. Temas importantes, como as normas internacionais Ipsas, depreciação e custos, foram poucos explorados e, portanto, são considerados latentes nesta pesquisa.

A partir da limitação decorrente da indisponibilidade dos anais do Anpcont das edições de 2006 a 2011, sugere-se uma expansão da pesquisa, aplicando as variáveis aqui adotadas em outros anais ou revistas que abordem o tema em questão, a fim de estabelecer comparações. Outra possibilidade para trabalhos futuros é aprofundar o estudo das variáveis individualmente. Por exemplo, os temas das normas internacionais Ipsas, do teste de imparidade, da depreciação e dos custos não foram muito explorados, o que constitui uma oportunidade para mais pesquisas.

Estudos como este enfatizam a importância de saber e, sobretudo, de sistematizar e de compreender o que de fato é discutido em congressos nacionais de renome, como é o caso do Anpcont, nas áreas da Contabilidade e em temáticas que ajudam a consolidar tais áreas, como a Governamental. A partir disso, são reveladas novas oportunidades de pesquisas, maximizando a qualidade dos estudos e fortalecendo, de maneira efetiva, o campo da ciência da Contabilidade.

REFERÊNCIAS

ANPCONT. **Anais Congresso Anpcont anteriores**. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2YQ1ce3>. Acesso em: 09 nov. 2020.

ANPCONT. **Histórico**. [20--]. Disponível em: <https://bit.ly/2N0vOHq>. Acesso em: 09 nov. 2020.

ANPCONT. **Modalidades/Áreas Temáticas para submissão dos trabalhos**. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3oSOYw1>. Acesso em: 09 nov. 2020.

ARAÚJO, I.; ARRUDA, D. **Contabilidade Pública: da teoria à prática**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BEZERRA FILHO, J. E. **Orçamento aplicado ao setor público: abordagem simples e objetiva**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CAPIBERIBE, Z. I. M.; MARTINS, M. de S. **Considerações sobre as novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e os principais impactos**. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3pQrk4C>. Acesso em: 09 out. 2019.

CASTRO, D. P. **Auditoria, Contabilidade e controle interno no setor público**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CHUEKE, V. G.; AMATUCCI, M. O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum. **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 1-5, maio/ago., 2015. Disponível em: <https://bit.ly/39M7HVA>. Acesso em: 09 nov. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TSP – do Setor Público**. [2021?]. Disponível em: <https://bit.ly/3aEv7vl>. Acesso em: 02 fev. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC n.º 1.128, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.1 – Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação. Ata

CFC n.º 919. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 25 nov. 2008a. Disponível em: <https://bit.ly/2YLghO5>. Acesso em: 12 nov. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC n.º 1.129, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.2 – Patrimônio e Sistemas Contábeis. Ata CFC n.º 919. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 25 nov. 2008b. Disponível em: <https://bit.ly/3trinkk>. Acesso em: 12 nov. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC n.º 1.130, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.3 – Planejamento e seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil. Ata CFC n.º 919. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 25 nov. 2008c. Disponível em: <https://bit.ly/2YIho18>. Acesso em: 12 nov. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC n.º 1.131, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.4 – Transações no Setor Público. Ata CFC n.º 919. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 25 nov. 2008d. Disponível em: <https://bit.ly/3cFUwHN>. Acesso em: 12 nov. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC n.º 1.132, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.5 – Registro Contábil. Ata CFC n.º 919. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 25 nov. 2008e. Disponível em: <https://bit.ly/3asGsOU>. Acesso em: 12 nov. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC n.º 1.133, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis. Ata CFC n.º 919. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 25 nov. 2008f. Disponível em: <https://bit.ly/39MpWue>. Acesso em: 12 nov. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC n.º 1.134, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.7 – Consolidação das Demonstrações Contábeis. Ata CFC n.º 919. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 25 nov. 2008g. Disponível em: <https://bit.ly/2ME5i6B>. Acesso em: 12 nov. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC n.º 1.135, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.8 – Controle Interno. Ata CFC n.º 919. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 25 nov. 2008h. Disponível em: <https://bit.ly/2YOhowB>. Acesso em: 12 nov. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC n.º 1.136, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão. Ata CFC n.º 919. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 25 nov. 2008i. Disponível em: <https://bit.ly/3oSVoLs>. Acesso em: 12 nov. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC n.º 1.137, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público. Ata CFC n.º 919. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 25 nov. 2008j. Disponível em: <https://bit.ly/3jjveAo>. Acesso em: 12 nov. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC n.º 1.366/11, de 25 de novembro de 2011. Aprova a NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público. Ata CFC n.º 958. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 02 dez. 2008l. Disponível em: <https://bit.ly/3tvmsUu>. Acesso em: 12 nov. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, F. F. **A evolução da Contabilidade aplicada ao setor público: uma abordagem sobre as transformações e o crescimento da importância da Contabilidade Pública federal**. 2016. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública) – Escola Nacional de Administração (Enap), Brasília, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3rA1faz>. Acesso em: 12 nov. 2020.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS (IFAC). **Perspectives on Cost Accounting for Government**. New York: IFAC (Public Sector Committee – Study 12), September, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/3cBlhgu>. Acesso em: 10 out. 2020.

JUANIHA, M. A.; BORTOLI, C.; PEIXE, S. C. B. Análise da Produção Científica Internacional sobre a *Accountability* no Setor Público de período de 2011 a 2015. In: XVI CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, de 26 a 29 jul. 2016, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, USP, 2016. p. 08-16.

MACIEL, M. P. V.; NUNES, R.; DEL VECCHIO, R. Perfil das pesquisas em Contabilidade de Custos aplicadas ao setor público publicadas nos anais do Congresso Brasileiro de Custos no período de 2013 a 2017. **RRCF**, Fortaleza, v. 9, n. 2, jul./dez., 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3tuvd1a>. Acesso em: 12 nov. 2020.

MATOS, B. S.; NIYAMA, J. K.; ARAÚJO NETO, L. M. de; MARQUES, M. de M. Congresso Anpcont: análise bibliométrica descritiva e avaliativa dos artigos publicados de 2007 a 2011. **Enf.: Ref. Cont.**, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Paraná v. 31, n. 3, p. 73-88, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3jjMu8T>. Acesso em: 12 nov. 2020.

MAUSS, C. V.; DIEHL, C. A.; BLEIL, C. A gestão de custos como instrumento da eficiência pública no Brasil e em outros países. In: 19.º CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, Belém, 2012. **Anais [...]**. Belém: CFC, 2012.

PEIXE, B. C. S. *et al.* Governança pública e *accountability*: uma análise bibliométrica das publicações científicas nacionais e internacionais. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, UFSC, Florianópolis, v. 15, n. 36, p. 77-96, jul./set., 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3aBIios>. Acesso em: 12 nov. 2020.

POHLMANN, S. T.; CAMARGO, F. B.; GUSE, C. J.; SANTOS, A. L. Análise do sistema de informação gerencial quanto adequação às novas normas de Contabilidade Pública: Um estudo de caso. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 16, n. 2, ago./dez., 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3pQe53S>. Acesso em: 12 nov. 2020.

PRIETO, M; MARTINS, V. Adoção das normas internacionais de Contabilidade Pública no Brasil: uma análise nos demonstrativos da União no triênio 2010 a 2012. **RAGC**, v. 3, n. 5, p. 01-22/2015. Disponível em: <https://bit.ly/3jkMntB>. Acesso em: 12 nov. 2020.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social, métodos e técnicas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SANTOS, A. R.; REIS, J. A. G. A importância da Contabilidade Pública. *In: IX ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E V ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO*, Universidade do Vale do Paraíba, 2006. **Anais [...]**. Vale do Paraíba: Univap, 2006. p. 833.

SANTOS, B. P. M. **Contabilidade/Gestão Pública**: análise bibliométrica dos artigos publicados nos congressos USP e Anpcont de 2001 a 2014. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2MWulBT>. Acesso em: 27 nov. 2019.

SANTOS, M.; CASTRO, R. O papel da Contabilidade aplicada ao setor público na tomada de decisões. *In: XV CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL*, Bento Gonçalves, de 26 a 28 de agosto de 2015. **Anais [...]**. Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul: Academia de Ciência Contábeis do Rio Grande do Sul, 2015.

VANTI, N. A. P. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Revista Ciência da Informação**, v. 31, n. 2, p. -162, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/3dP9qsu>. Acesso em: 27 nov. 2019.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.